



COMISSÃO PERMAMENTE DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº: 123/2018

VEREADOR RELATOR: RAFAEL PASQUALOTTO (PP)

VOTO DO RELATOR: FAVORÁVEL

<u>VOTOS DOS INTEGRANTES DA COMISSÃO AO RELATÓRIO, COM EXCEÇÃO DO PRESIDENTE, QUE VOTA APENAS EM CASO DE EMPATE:</u>

JOCELITO TONIETTO (PDT): Seguiu o voto do Relator ANDERSON ZANELLA (PSD): Seguiu o voto do Relator MARCOS BARBOSA (PRB): Seguiu o voto do Relator AGOSTINHO PETROLI (MDB): Seguiu o voto do Relator

Com 5 (cinco) votos favoráveis à tramitação, o PLO nº 123/2018 passa a ter Parecer **FAVORÁVEL** na Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Contas Públicas.

Sala das Sessões, Fernando Ferrari, aos catorze dias do mês de agosto de dois mil e dezoito.

Vereador VOLNEI CHRISTOFOLI (PP)

Presidente da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Contas Públicas

À COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS.

VOTO DO RELATOR

PROCESSO: 141/2018

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA: 123/2018

VEREADOR RELATOR: RAFAEL PASQUALOTTO

DĂTA DO PROTOCOLO DA MATÉRIA: 01 DE AGOSTO DE 2018

AUTOR: PREFEITO MUNICIPAL-MANDATO-2017-2020

EMENTA: "AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$

100.000,00.".

O Membro da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contas Públicas da Câmara de Vereadores de Bento Gonçalves e Relator Do Projeto de lei Ordinária 123/2018, **Rafael Pasqualotto** (PROGRESSISTA), após proceder a análise da proposição acima referida, que "**AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 100.000,00."**, exara o seguinte Voto:

O presente Projeto de Lei visa autorizar o Município a abrir um crédito especial no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), na unidade orçamentária do Gabinete do Prefeito e na Secretaria Municipal de Finanças.

Destacando em sua justificativa, que servirá de recurso para cobertura do crédito especial descrito no art. 1° do projeto de lei, a redução da dotação orçamentária descrita no art. 2° do projeto de lei. Acresce que a abertura de crédito especial se faz necessária para manutenção de publicações oficiais e institucionais, bem como, conforme prevê o Art. 108 da Lei Orgânica Municipal e o Art. 149 § 7° da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

Assim sendo entendemos que a propositura atende a Técnica Legislativa, portanto o relator não vislumbra impedimento para que a matéria possa prosperar, ser apreciada e deliberada pelo Soberano Plenário.

O parecer é Favorável.

Sala das Sessões, Fernando Ferrari, aos treze dias do mês de agosto de 2018.

Vereador Rafael Pasqualotto (Progressista) Relator do Projeto de Lei Ordinária 123/2018